

LUÍS GRECO ||

**UM PANORAMA
DA TEORIA
DA IMPUTAÇÃO
OBJETIVA**

3.^a edição
revista e atualizada

Prefácio
Juarez Tavares

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

STJ00097521

UM PANORAMA DA TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA

3.^a edição revista e atualizada

LUÍS GRECO

Lumen Juris: 1.^a edição: 2005; 2.^a edição: 2007.

Prefácio

JUAREZ TAVARES

© desta edição [2013]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

GISELLE TAPAI

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, micro-fílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso *site*: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [07-2013]

Profissional

Fechamento desta edição [20.06.2013]



870

ISBN 978-85-203-4822-2

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS RELATIVOS À 3. ^a EDIÇÃO	5
AGRADECIMENTOS RELATIVOS À 1. ^a E 2. ^a EDIÇÃO.....	7
PREFÁCIO	9
I. INTRODUÇÃO	17
II. PRIMEIRA APROXIMAÇÃO: O QUE SE ENTENDE POR “TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA”?	19
III. O DESVALOR (OBJETIVO) DA AÇÃO: A CRIAÇÃO DE UM RISCO JURIDICAMENTE DESAPROVADO	29
1. A criação de um risco	30
a. O aspecto positivo: fundamento (proteção de bens jurídicos) e critério (prognose póstuma objetiva)	31
b. O aspecto negativo	39
aa. Risco juridicamente irrelevante	39
bb. Diminuição do risco	41
2. A desaprovação jurídica do risco criado.....	46
a. O aspecto positivo: fundamento e critérios da desaprovação jurídica de um risco	46
b. O aspecto negativo	65
aa. Risco permitido	65
bb. Contribuição a uma autocolocação em perigo	66
cc. Heterocolocação em perigo consentida	70

dd. Ações perigosas de salvamento, ações de perseguição	75
ee. Contribuições socialmente neutras e cumplicidade	79
ff. Proibição de regresso?	83
gg. Adequação social?	85
hh. Relevância de cursos causais hipotéticos?	87

IV. O DESVALOR DO RESULTADO: A REALIZAÇÃO DO RISCO	91
1. O fundamento: a realização do risco como função direta do desvalor da ação	91
2. O primeiro critério da realização do risco: o nexo do fim de proteção da norma	99
a. O critério: aspecto positivo.....	99
b. O aspecto negativo	108
aa. Lesão ou curso causal sem qualquer relação com o risco juridicamente desaprovado.....	108
bb. Danos tardios	109
cc. Danos resultantes de choque	113
dd. Comportamento indevido posterior de um terceiro	115
3. O segundo requisito da realização do risco: o nexo de aumento do risco.....	118
4. Nexo de adequação (segundo juízo de previsibilidade): requisito adicional da realização do risco?	125
V. CONCLUSÃO.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	161